

**No. 34038**

---

**BRAZIL  
and  
PORTUGAL**

**Agreement on consular cooperation concerning consular protection of and assistance to their nationals in third countries. Signed at Lisbon on 20 July 1995**

*Authentic text: Portuguese.*

*Registered by Brazil on 11 September 1997.*

---

**BRÉSIL  
et  
PORTUGAL**

**Accord de coopération consulaire pour la protection et l'assistance consulaire à leurs nationaux dans des tiers pays. Signé à Lisbonne le 20 juillet 1995**

*Texte authentique : portugais.*

*Enregistré par le Brésil le 11 septembre 1997.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO DE COOPERAÇÃO CONSULAR ENTRE A REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA PORTUGUESA  
PARA PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA CONSULAR AOS SEUS NA-  
CIONAIS EM TERCEIROS PAÍSES**

A República Federativa do Brasil

e

A República Portuguesa,

Considerando os laços especiais de amizade e solidariedade existentes entre os povos do Brasil e de Portugal;

Considerando a recomendação da Primeira Reunião do Grupo de Cooperação Consular entre Brasil e Portugal, realizada em Lisboa, de 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 1994;

Considerando os termos do Comunicado Conjunto relativo à visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal ao Brasil, no período de 8 a 10 de fevereiro de 1994, que previa o desenvolvimento de mecanismos de cooperação baseados na complementaridade das redes consulares nos dois países e a extensão da proteção consular aos cidadãos da outra Parte;

Tendo em vista o disposto nos artigos 2 e 7 do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, de 16 de novembro de 1953;

Tendo em consideração o artigo 8 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares,

Acordam no seguinte:

**ARTIGO I**

A República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, a seguir denominados Partes Contratantes, assegurarão, na medida do

possível e nos termos das convenções internacionais sobre relações consulares de que cada uma seja signatária, e nos locais a serem previamente especificados por comunicação entre ambas as Chancelarias, a proteção consular dos interesses de nacionais do Brasil ou de Portugal onde não exista uma Repartição Consular brasileira ou Posto Consular português.

#### ARTIGO II

O disposto no artigo I aplicar-se-á sob reserva de aceitação dos Estados receptores interessados e mediante pedido de consentimento ou notificação apropriada, bem como nos precisos termos dos artigos seguintes.

#### ARTIGO III

1. Os Postos ou Repartições Consulares de cada uma das Partes Contratantes promoverão, sempre que solicitados, a inscrição dos cidadãos da outra Parte Contratante, residentes na sua área de jurisdição ou que ali se encontrem ocasionalmente, passando-lhes a respectiva cédula de matrícula ou certificado de inscrição consular.
2. O impresso para o processo individual de inscrição consular e o impresso para a cédula de matrícula ou certificado de inscrição serão fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

#### ARTIGO IV

1. Em casos de urgência, os agentes consulares poderão emitir Títulos de Viagem Única ou Títulos de Nacionalidade válidos para o regresso ao território de cada uma das Partes Contratantes.
2. Os impressos de documentos de viagem, referidos no número anterior, serão fornecidos pelos respectivos Ministérios.

#### ARTIGO V

1. Os agentes consulares de cada uma das Partes Contratantes poderão efetuar repatriações e prestar socorros aos cidadãos da outra

que residam na sua área de jurisdição ou nela se encontrem, ocasionalmente, a pedido destes, e desde que provem encontrar-se permanente ou temporariamente desprovidos de recursos e não tenham possibilidades locais de os conseguir.

2. Para os fins do parágrafo anterior, os agentes consulares transmitirão os pedidos ao Ministério da outra Parte Contratante, ou à sua Missão diplomática mais próxima, a fim de os mesmos serem autorizados.

3. Cada uma das Partes Contratantes reembolsará a outra dos adiantamentos efetuados e das despesas feitas pelos seus agentes consulares no interesse exclusivo da Parte beneficiária ou dos seus nacionais, de acordo com critérios a serem definidos pelos Ministérios das Partes Contratantes.

#### ARTIGO VI

Os Postos ou as Repartições Consulares de cada uma das Partes Contratantes prestarão assistência aos nacionais tripulantes de barcos e aeronaves arvorando o pavilhão da outra, quando solicitados pelo respectivo Capitão ou Comandante.

#### ARTIGO VII

Os agentes consulares de cada uma das Partes Contratantes poderão, por solicitação expressa das autoridades da outra, exercer a favor de cidadãos da Parte beneficiária outras funções que, segundo a prática internacional, cabem nas atribuições dos postos consulares.

#### ARTIGO VIII

As modalidades de proteção e assistência consular previstas neste Acordo serão objeto de regulamentação específica a ser aprovada por troca de Notas.

ARTIGO IX

Cada uma das Partes Contratantes poderá suspender a aplicação de qualquer disposição do presente Acordo, desde que notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência, por via diplomática.

ARTIGO X

Quaisquer dúvidas ou dificuldades de interpretação surgidas na aplicação deste Acordo serão solucionadas por via diplomática.

ARTIGO XI

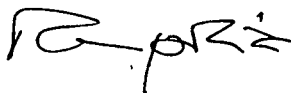
1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da segunda das Notas pelas quais as duas Partes Contratantes comunicarem reciprocamente a sua aprovação em conformidade com os processos constitucionais de ambos os países.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, mediante aviso prévio por Nota diplomática não inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

3. Este Acordo poderá, em qualquer altura, ser complementado por protocolos adicionais.

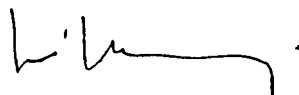
Feito em Lisboa, em 20 de julho de 1995, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela República  
Federativa do Brasil:



LUÍS FELIPE LAMPREIA  
Ministro de Estado  
das Relações Exteriores

Pela República  
Portuguesa:



JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO  
Ministro dos Negócios Estrangeiros

## [TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT<sup>1</sup> ON CONSULAR COOPERATION BETWEEN THE  
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE PORTUGUESE  
REPUBLIC CONCERNING CONSULAR PROTECTION OF AND  
ASSISTANCE TO THEIR NATIONALS IN THIRD COUNTRIES

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Portuguese Republic,

Having regard to the special ties of friendship and solidarity existing between the peoples of Brazil and Portugal;

Having regard to the recommendation of the First Meeting of the Group on Consular Cooperation between Brazil and Portugal, held in Lisbon from 31 January to 2 February 1994;

Having regard to the wording of the Joint Communiqué on the official visit of the Portuguese Minister for Foreign Affairs to Brazil from 8 to 10 February 1994, which envisaged the development of cooperation mechanisms based on the complementarity of the consular networks of the two countries and the extension of consular protection to the citizens of the other Party;

Having in mind the provisions of articles 2 and 7 of the Treaty of Friendship and Consultation between Brazil and Portugal of 16 November 1953;

Taking into account article 8 of the Vienna Convention on Consular Relations,<sup>2</sup>

Have agreed as follows:

*Article I*

The Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic, hereafter referred to as the Contracting Parties, shall, in so far as possible and in accordance with the provisions of the international agreements on consular relations to which each is a signatory, and in the localities previously identified by communications between their two Ministries of Foreign Affairs, provide consular protection for the interests of nationals of Brazil or of Portugal where no Brazilian Consular Section or Portuguese Consular Office exists.

*Article II*

The provisions of article I shall apply subject to acceptance by the host States concerned and on the basis of a request for consent or appropriate notification, in accordance with the specific conditions set out in the following articles.

*Article III*

1. The Consular Offices or Consular Sections of either Contracting Party shall, whenever so requested, encourage the registration of citizens of the other Contracting Party resident in their area of jurisdiction or temporarily present

<sup>1</sup> Came into force on 3 July 1997 by notification, in accordance with article XI.

<sup>2</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 596, p. 261.

therein, issuing them with a corresponding record of inscription or certificate of consular registration.

2. The printed form used for the individual consular registration and the printed form used for the record of inscription or certificate of registration shall be supplied by the Brazilian Ministry of External Relations and by the Portuguese Ministry of Foreign Affairs.

#### *Article IV*

1. In cases of emergency consular officials may issue emergency passports or certificates of nationality valid for return travel to the territory of either of the Contracting Parties.

2. The printed forms used for the travel documents referred to in the preceding paragraph shall be supplied by the respective Ministries.

#### *Article V*

1. The consular officials of either Contracting Party may arrange for the repatriation of and provide assistance to citizens of the other Party resident in their area of jurisdiction or temporarily present therein at the request of the persons concerned, provided that those persons are able to show themselves to be permanently or temporarily without funds and unable to obtain such locally.

2. For the purposes of the preceding paragraph, consular officials shall communicate such requests to the Ministry of the other Contracting Party, or to its nearest diplomatic mission, for approval.

3. Each Contracting Party shall reimburse the other for the funds advanced or expended by their consular officials to the exclusive advantage of the beneficiary Party or its nationals, in accordance with criteria to be determined by the Ministries of the Contracting Parties.

#### *Article VI*

The consular offices and sections of either Contracting Party shall provide assistance to nationals serving as members of the crew of ships or aircraft flying the other's flag if so requested by the respective Captain or Flight Commander.

#### *Article VII*

Consular officials of either Contracting Party may, at the express request of the authorities of the other Party, assist citizens of the beneficiary Party in other ways which are recognized by international practice as being within the purview of consular offices.

#### *Article VIII*

The arrangements for consular protection and assistance provided for by this Agreement shall be the subject of specific regulatory measures approved by an exchange of notes.

#### *Article IX*

Either Contracting Party may discontinue the application of any provision of the present Agreement, provided that it has given 30 days advance notice to the other Party through the diplomatic channel.

*Article X*

Any queries or difficulties of interpretation arising in connection with the application of the present Agreement shall be resolved through the diplomatic channel.

*Article XI*

1. The present Agreement shall enter into force 30 days after the date of the second of the notes by which the two Contracting Parties have communicated their approval to one another in accordance with the constitutional procedures in force in the two countries.

2. The present Agreement may be denounced by either Contracting Party by giving prior notice not less than 180 days in advance by means of a diplomatic note.

3. This Agreement may be supplemented at any time by additional protocols.

DONE at Lisbon on 20 July 1995, in two originals, in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government  
of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Minister of State  
for External Relations

For the Government  
of the Portuguese Republic:

JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO  
Minister for Foreign Affairs

---



[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD<sup>1</sup> DE COOPÉRATION CONSULAIRE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE DU PORTUGAL POUR LA PROTECTION ET L'ASSISTANCE CONSULAIRE À LEURS NATIONAUX DANS DES TIERS PAYS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement du Portugal,

Vu les liens spéciaux d'amitié et de solidarité existant entre les peuples du Brésil et du Portugal;

Vu les recommandations de la première réunion du Groupe sur la coopération consulaire entre le Brésil et le Portugal, tenue à Lisbonne du 31 janvier au 2 février 1994;

Vu la formulation du communiqué conjoint sur la visite officielle du Ministre des affaires étrangères du Portugal au Brésil du 8 au 10 février 1994, qui envisageait la création de mécanismes de coopération fondés sur la complémentarité des réseaux consulaires des deux pays ainsi que l'extension de la protection consulaire aux citoyens de l'autre Partie;

Ayant à l'esprit les dispositions des articles 2 et 7 du Traité d'amitié et de consultations entre le Brésil et le Portugal du 16 novembre 1953;

Compte tenu de l'Article 8 de la Convention de Vienne sur les relations consulaires<sup>2</sup>,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article I*

La République fédérative du Brésil et la République du Portugal, ci-après dénommées les Parties contractantes, conformément aux dispositions des accords internationaux sur les relations consulaires dont ils sont signataires, dans les localités précédemment déterminées lors de communications entre les deux Ministères des affaires étrangères, offriront, pour autant que faire se peut, une protection consulaire aux intérêts des ressortissants brésiliens ou portugais là il n'existe pas un poste consulaire brésilien ou portugais.

*Article II*

Les dispositions de l'Article I sont d'application sous réserve de l'accord des pays hôtes concernés et sur base d'une demande d'accord ou de notification approuvée, conformément aux conditions spécifiques énoncées dans les articles ci-après.

*Article III*

1. Les postes consulaires des Parties contractantes, chaque fois que la demande en sera faite, encourageront l'enregistrement des citoyens de l'autre Partie

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 3 juillet 1997 par notification, conformément à l'article XI.

<sup>2</sup> Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 596, p. 261.

contractante résidant dans leur juridiction ou s'y trouvant de façon temporaire et leur fourniront l'attestation correspondante ou un certificat d'enregistrement au consulat.

2. Le formulaire imprimé utilisé pour l'enregistrement individuel auprès du consulat ainsi que le formulaire d'attestation d'inscription ou le certificat d'inscription auprès du consulat seront fournis par le Ministère des relations extérieures du Brésil ou par le Ministère des affaires étrangères du Portugal.

#### *Article IV*

1. En cas d'urgence, les autorités consulaires peuvent émettre des passeports d'urgence ou des certificats de nationalité pour le voyage de retour dans le pays de l'une ou l'autre Partie contractante.

2. Les formulaires imprimés servant de documents de voyage dont il est fait état au paragraphe précédent seront fournis par les Ministères respectifs.

#### *Article V*

1. Les autorités consulaires de l'une ou l'autre des Parties contractantes peuvent organiser le rapatriement, à leur demande, des citoyens de l'autre Partie résidant dans leur juridiction ou s'y trouvant de façon temporaire et leur accorder une aide, à condition que ces personnes puissent démontrer qu'elles sont dépourvues d'argent de façon permanente ou provisoire et dans l'impossibilité de s'en procurer sur place.

2. Aux fins énoncées au paragraphe précédent, les agents consulaires transmettront pour approbation de telles demandes au Ministère de l'autre Partie contractante ou à sa mission diplomatique la plus proche.

3. Chaque Partie contractante remboursera à l'autre les sommes avancées ou dépensées par ses agents consulaires exclusivement en faveur de la Partie bénéficiaire ou de ses ressortissants, conformément aux critères qui auront été arrêtés par les Ministères des Parties contractantes.

#### *Article VI*

Les postes consulaires de chacune des Parties contractantes offriront une assistance aux membres de l'équipage d'un navire ou d'un avion battant le pavillon de l'autre Partie contractante à la demande du capitaine du vaisseau ou de l'avion.

#### *Article VII*

Les autorités consulaires de l'une ou l'autre Partie contractante pourront, à la demande de l'autre Partie, porter assistance aux citoyens de la Partie bénéficiaire par tout autre moyen reconnu en matière de pratique internationale comme étant du ressort des autorités consulaires.

#### *Article VIII*

Les arrangements en matière de protection et d'assistance consulaires au titre du présent Accord feront l'objet de règlements spécifiques approuvés par un échange de notes.

*Article IX*

Chacune des Parties contractantes pourra cesser d'appliquer n'importe quelle disposition du présent Accord sous réserve d'avoir donné un préavis de trente jours à l'autre Partie par voie diplomatique.

*Article X*

Toute question ou difficulté d'interprétation découlant de l'application du présent Accord seront résolues par voie diplomatique.

*Article XI*

1. Cette Convention entrera en vigueur 30 jours après la date de la seconde des notes par lesquelles les Parties contractantes se seront notifiées réciproquement leur accord conformément aux formalités constitutionnelles en vigueur dans leurs pays.

2. Le présent Accord pourra être dénoncé par l'une ou l'autres des Parties moyennant un préavis d'au moins 180 jours notifié par voie diplomatique.

3. Le présent Accord pourra être complété à n'importe quel moment par des protocoles additionnels.

FAIT à Lisbonne le 20 juillet 1995, en deux exemplaires originaux, en langue portugaise, tous deux étant également authentiques

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative du Brésil :

Luiz Felipe Lampreia  
Ministre d'Etat  
aux relations extérieures

Pour le Gouvernement  
de la République du Portugal :

José Manuel Durão Barroso  
Ministre des affaires étrangères

